Art. 2º Para subsidiar sua proposta de adesão, a UE deverá realizar diagnóstico avaliativo do perfil de seus estudantes e sua realidade, da condição do quadro de pessoal e da estrutura física disponível, assim como atender a outras demandas, a fim de garantir aos estudantes a melhor forma de oferta para o acesso, a permanência e a continuidade nos estudos.

Parágrafo único: A partir do diagnóstico mencionado no caput deste Artigo e seus objetivos educacionais, a Unidade Escolar deverá observar:

I – a real necessidade, adequação e viabilidade de alteração da oferta pela adesão à EJA Combinada;

II – a pertinência da oferta da EJA Combinada em face da carga horária indireta de até 70% (setenta por cento) do atendimento, quando a maioria de seus estudantes for menor de 18 (dezoito) anos;

III – a existência de perfis específicos de estudantes que demandem pelo formato da oferta, tais como: trabalhadores do campo, trabalhadores plantonistas, sazonais, temporários, pessoas em cumprimento de medida judicial de restrição ou privação de liberdade e/ou responsáveis legais por menores de idade, dentre outros.

Art. 3º – A Unidade Escolar que solicitar adesão deverá considerar:

I – a modulação do corpo docente para implementação da oferta;

II – a existência de espaço físico para atendimentos individuais e coletivos por Componente Curricular ou área de conhecimento;

III – a disponibilidade de tempo, espaços e recursos adequados ao planejamento, à elaboração e ao desenvolvimento de materiais para os atendimentos individual e coletivo dos estudantes;

IV – a disponibilização e veiculação aos estudantes, em tempo hábil para os estudos, do conteúdo do semestre, das orientações acadêmicas e do cronograma de estudos;

V – os conteúdos e objetivos educacionais, bem como os materiais pedagógicos produzidos, devem respeitar estreita concordância com os Pressupostos Teóricos, as Diretrizes Operacionais e o Currículo da Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal, tendo como eixos integradores da modalidade: cultura, o trabalho e a tecnologia.

VI – a garantia do processo avaliativo formativo conforme previsto nas Diretrizes de Avaliação Educacional da SEDF, considerando a participação e o desempenho do estudante na carga horária direta e indireta, assegurando, no mínimo, dois encontros presenciais para realização das avaliações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GREGÓRIO FILHO

PORTARIA Nº 174, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

Fixar, para o ano de 2016, o limite de 109 (cento e nove) vagas para o Afastamento Remunerado para Estudos de servidores da Carreira Assistência à Educação.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no parágrafo 3º do Artigo 10 da Lei nº 5.106, de 3 de maio de 2013, e na Portaria nº 111, de 22 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Fixar, para o ano de 2016, o limite de 109 (cento e nove) vagas para o Afastamento Remunerado para Estudos de servidores da Carreira Assistência à Educação.

Parágrafo único – Do quantitativo de vagas de que trata o Art. 1º, 10(dez) destinar-se-ão ao Afastamento Remunerado para Estudos no interesse da Administração.

Art. 2º Dispor que, no processo seletivo de que trata a Portaria nº 111, de 22 de maio de 2014, 55(cinquenta e cinco) vagas sejam destinadas para o primeiro semestre, assim distribuídas: 31 para pós-graduação (lato sensu), 19 para mestrado e 5 para doutorado, e 54 (cinquenta e quatro) vagas para o segundo semestre, assim distribuídas: 31 para pós-graduação (lato sensu), 18 para mestrado e 5 para doutorado, em cada semestre.

Art. 3º Estabelecer que as vagas de doutorado e/ou mestrado sejam destinadas prioritariamente aos servidores que estejam frequentando curso de Doutorado ou Mestrado em Educação ou compatível com a área de atuação.

Art. 4º Determinar que as vagas de mestrado se destinem exclusivamente a cursos reconhecidos, realizados no Brasil por instituições credenciadas pelo órgão competente.

Art. 5º Definir que as vagas de afastamento de que trata a Portaria nº 111, de 22 de maio de 2014, sejam destinadas exclusivamente a cursos que se desenvolvam na modalidade de ensino presencial, com carga horária distribuída semanalmente.

Art. 6º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GREGÓRIO FILHO

PORTARIA Nº 175, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

Fixar, para o ano de 2016, o limite de 299 (duzentas e noventa e nove) vagas de tempo integral para o Afastamento Remunerado para Estudos de servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no parágrafo 3º do artigo 12 da Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, e na Portaria nº 259, de 15 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º. Fixar, para o ano de 2016, o limite de 299 (duzentas e noventa e nove) vagas de tempo integral para o Afastamento Remunerado para Estudos de servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

Parágrafo único - Do quantitativo de vagas de que trata o Art. 1º, 20 (vinte) destinar-se-ão ao Afastamento Remunerado para Estudos no interesse da Administração.

Art. 2º. Dispor que, no processo seletivo de que trata a Portaria nº 259, de 15 de outubro de 2013, 140 (cento e quarenta) vagas sejam destinadas para o primeiro semestre e 139 (cento e trinta e nove) para o segundo, assim distribuídas: 91 (noventa e uma) para mestrado e 49 (quarenta e nove) para doutorado, no primeiro semestre e 90 (noventa) para mestrado e 49 (quarenta e nove) para doutorado, no segundo semestre.

Art. 3º. Determinar que as vagas de doutorado sejam destinadas prioritariamente aos servidores que estejam frequentando curso de Doutorado em Educação, ou área afim, desde que a linha de pesquisa seja voltada para atividades didático-pedagógicas da Carreira Magistério.

Art. 4º. Determinar que as vagas de mestrado se destinem exclusivamente a cursos reconhecidos, realizados no Brasil por instituições credenciadas pelo órgão competente.

Art. 5º. Definir que as vagas de afastamento de que trata a Portaria nº 259, de 15 de outubro de 2013, sejam destinadas exclusivamente a cursos que se desenvolvam na modalidade de ensino presencial, com carga horária distribuída semanalmente.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GREGÓRIO FILHO

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 113, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais com fulcro no art. 3º, inciso VIII, da Portaria de Delegação de Competência de nº 56, de 25/05/2015, publicado no DODF de nº. 100, Seção I, pag. 3, de 26/05/2015, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a pedido, por mais 10 (dez) dias úteis, a contar do dia 08/10/2015, o prazo da Comissão de verificação de processos e de documentos de expediente arquivados pertencentes ao Núcleo de Arquivo, instaurada por meio da Ordem de Serviço nº. 96, de 02 de setembro de 2015, publicada no DODF nº. 171, Seção II, pag. 21, de 03 de setembro de 2015, que tem por finalidade a conferência, controle e o levantamento de processos e documentos pertencentes ao Núcleo de Arquivo, da Gerência de Documentação Administrativa, da Diretoria de Administração e Apoio Logístico, da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal, considerando a mudança de sede administrativa e operacional da Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal para o Estádio Nacional Mané Garrincha.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ EDUARDO COELHO NETTO

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

DIRETORIA COLEGIADA

SESSÃO 3027ª – REALIZADA EM 06/10/2015 – RELATOR: GUSTAVO ADOLFO MOREIRA MARQUES – PROCESSO Nº: 111.001.175/2015 - INTERESSADO: Instituto Brasília, Esporte e Educação - IBEE – Decisão nº 445 - A Diretoria, acolhendo o voto do relator, DECIDE ratificar o Ato do Sr. Presidente e do Diretor Financeiro, que autorizou a concessão de patrocínio ao projeto cultural “Brasília Volei”, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), a ser realizado pelo Instituto Brasília, Esporte e Educação - IBEE, no período de junho de 2015 a maio de 2016, nos termos da alínea “c” do Item 5.1.3, da Norma Organizacional da Terracap nº 8.1.1 – A.

SESSÃO 3027ª – REALIZADA EM 06/10/2015 – RELATOR: GUSTAVO ADOLFO MOREIRA MARQUES – PROCESSO Nº: 111.001.187/2015 - INTERESSADO: Instituto Terceiro Setor – ITS – Decisão nº 446 - A Diretoria, acolhendo o voto do relator, DECIDE ratificar o Ato do Sr. Presidente e do Diretor Financeiro, que autorizou a concessão de patrocínio ao projeto cultural “Cinema Para Todos – o GDF junto de você”, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser realizado pelo Instituto Terceiro Setor, entre os dias 15/09/2015 a 15/11/2015, nos termos da alínea “c” do Item 5.1.3, da Norma Organizacional da Terracap nº 8.1.1 – A.

SESSÃO 3027ª – REALIZADA EM 06/10/2015 – RELATOR: GUSTAVO ADOLFO MOREIRA MARQUES – PROCESSO Nº: 111.001.512/2015 - INTERESSADO: ESB 116 Administração e Participações Ltda. – Decisão nº 447 - A Diretoria, acolhendo o voto do relator, DECIDE ratificar o Ato do Sr. Presidente e do Diretor Financeiro, que autorizou a concessão de patrocínio ao projeto cultural “Green Move Festival 2015”, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a ser realizado pelo ESB 116 Administração e Participações LTDA, no dia 10/10/2015, nos termos da alínea “c” do Item 5.1.3, da Norma Organizacional da Terracap nº 8.1.1 – A.

ALEXANDRE NAVARRO GARCIA

Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA

Em 08 de outubro de 2015.

Processo 054.002.137/2014. Torna sem efeito os Extratos das Atas de Registro de Preços nº 03/2015, 04/2015, 05/2015 e 06/2015 referentes ao Pregão Eletrônico nº 08/2015/PMDF, publicadas no DODF nº 193, de 06/10/2015, pag. 44.

CARLOS LUIS BARBOSA RIBEIRO